

Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado

Os sucessivos governos, ora do PSD/CDS, ora do PS, procuram destruir as funções sociais do Estado, consagradas na lei fundamental portuguesa.

Nos últimos anos, e em especial desde a assinatura do Pacto de Agressão, têm sido aplicadas medidas no sentido de enfraquecer as funções sociais do Estado, quer por via da descredibilização dos trabalhadores da Administração Pública e ataques constantes aos seus direitos, quer por via do encerramento de centenas de escolas, centros de saúde, repartições das finanças, e demais serviços públicos.

A Segurança Social, a Saúde e a Educação são direitos de todos, e incumbe ao Estado garantir que todos, sem excepção, a elas podem aceder, independentemente da sua condição económica. A efectivação destes direitos tem sido diariamente postos em causa, com o roubo nas pensões de velhice, com o aumento das taxas moderadoras, com os cortes nos apoios sociais ao mesmo tempo que aumentam as dificuldades e a pobreza entre as famílias.

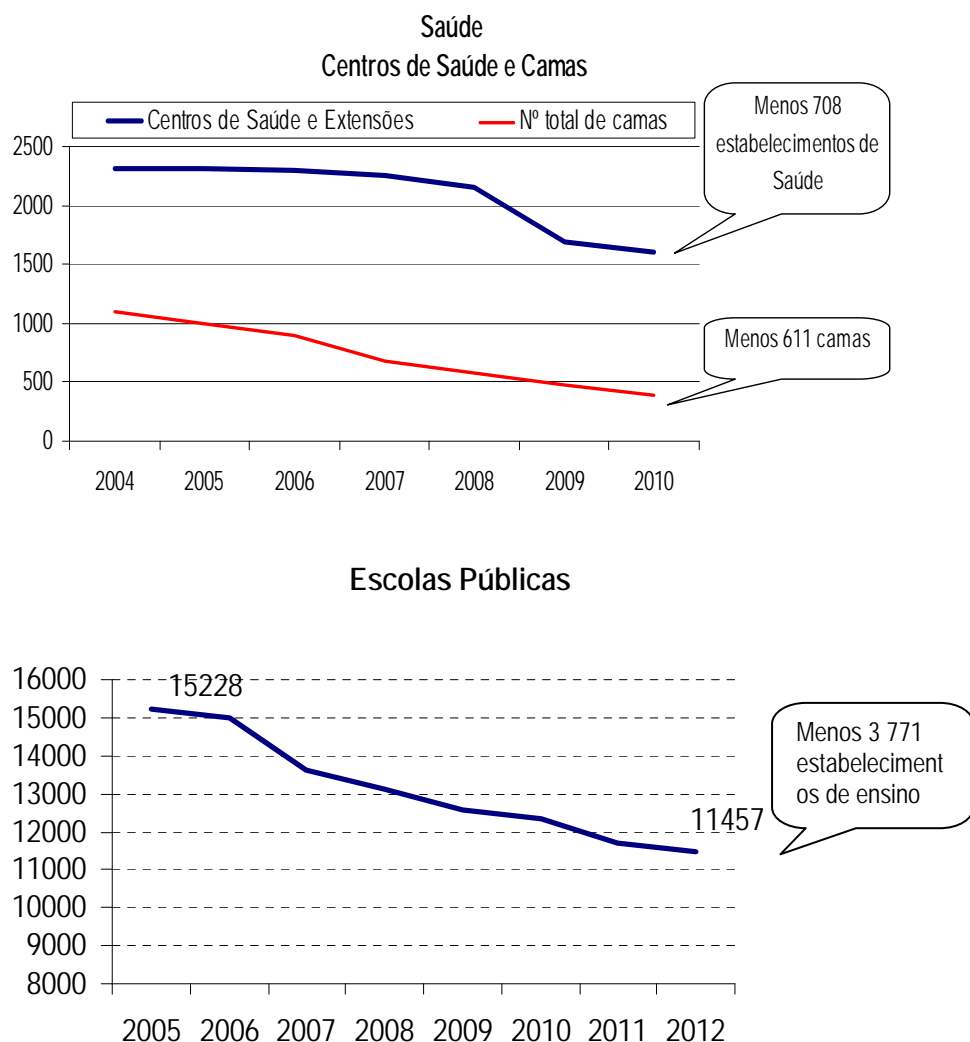
O encerramento de serviços públicos

Entre 2004 e 2010 desapareceram cerca de 30% das unidades de saúde (centros de saúde e extensões), e 65% das camas de internamento, na sua maioria nas regiões do interior do país.

O aumento das taxas moderadoras, que se tratam de verdadeiros pagamentos pelos tratamentos médicos no Sistema Nacional de Saúde, impede que milhares de utentes deixem de recorrer às urgências de hospital – só em Julho realizaram-se **menos 340 mil** consultas de urgência nos hospitais públicos.

O mesmo se passou nas escolas da rede pública. Desde 2005, encerraram 23% das escolas, também na sua esmagadora maioria também no interior do país.

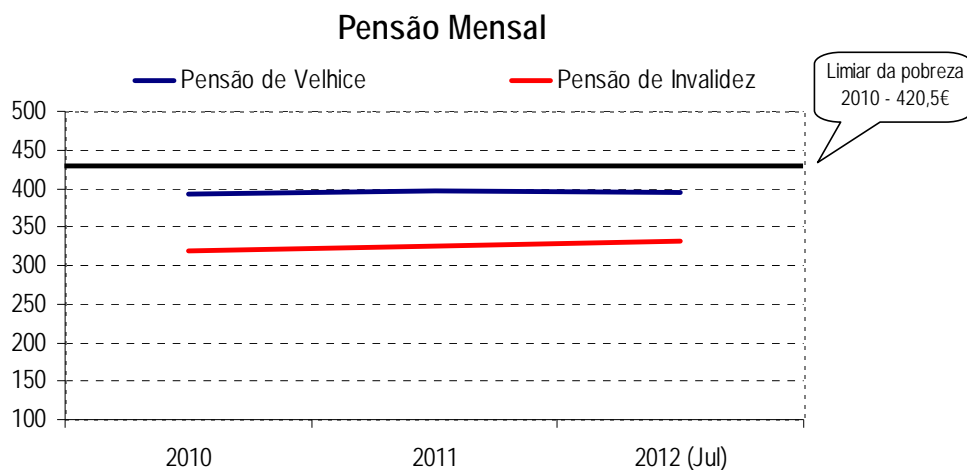
A panóplia de encerramento de serviços estende-se às repartições das finanças – sendo previsto que até 2013 encerrem um 1/5 das repartições –, serviços da segurança social, postos de correio, tribunais, entre outros.



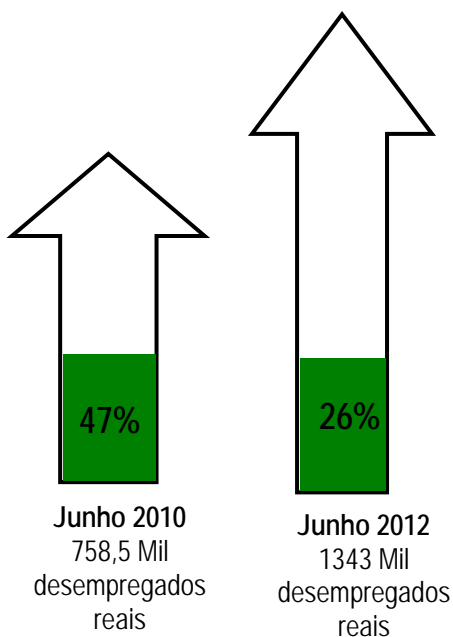
A Segurança Social

A protecção social da população, na doença, na velhice, no desemprego, bem como em “outras situações de falta de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (CRP) foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril. Mas a política de direita prosseguida pelo Governo e contra a população e os trabalhadores portugueses tem tido como um dos alvos principais o enfraquecimento e descaracterização da Segurança Social, tendo em vista a sua privatização.

Sucessivas reformas têm dificultado o acesso dos trabalhadores e das famílias às prestações sociais quando mais necessitam delas, nomeadamente por via das alterações às condições de acesso e pela redução do valor das prestações e do período de atribuição – que atingem valores de miséria e não garantem o mínimo necessário à subsistência.



Taxa de Cobertura das Prestações de Desemprego



Agudizam-se as situações de pobreza entre os trabalhadores a auferir salários pouco acima do salário mínimo nacional, entre os pensionistas, a que foram roubados os subsídios de natal e de férias e as centenas de milhares de desempregados.

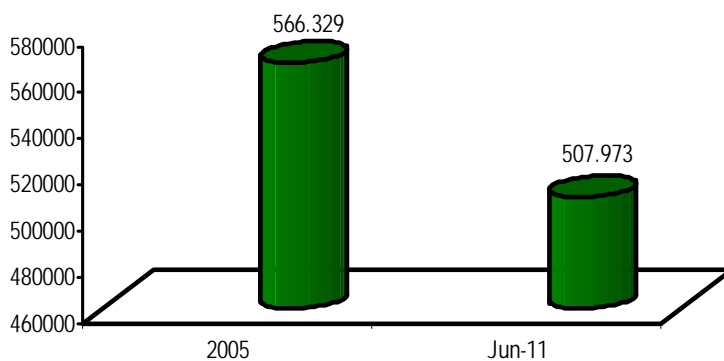
Ao mesmo tempo verifica-se que as prestações de desemprego cobrem cada vez menos trabalhadores em situação de desemprego, que ficam sem qualquer fonte de rendimento. São mais de 980 mil trabalhadores que entram nos números do desemprego e que não têm acesso a qualquer prestação, quer por não atingirem o período de garantia (por via da generalização dos contratos a prazo), quer por terem excedido o período de atribuição, cada vez mais curto.

Os trabalhadores da Administração Pública como motor dos serviços públicos

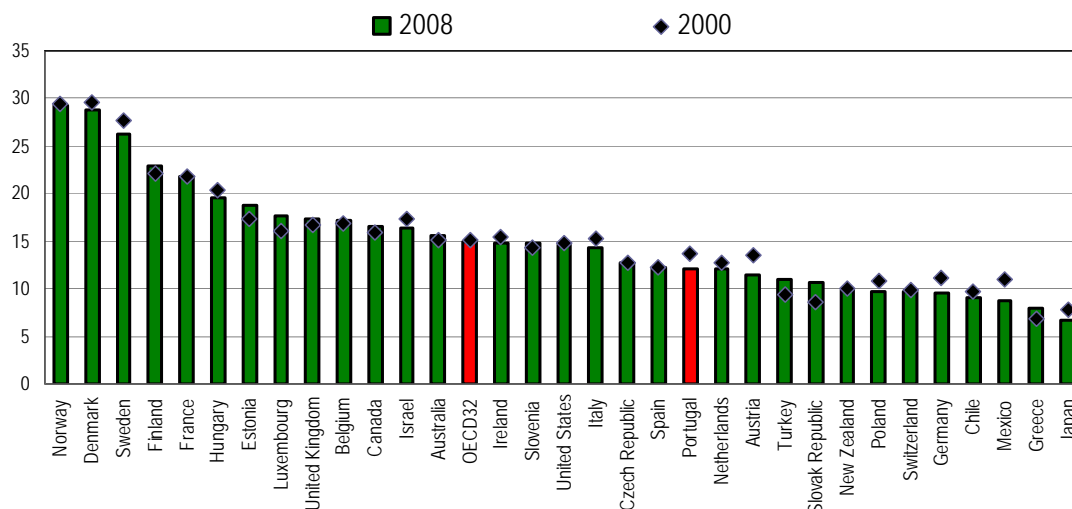
A redução dos trabalhadores da Administração Pública significa o empobrecimento e a perda de qualidade dos serviços públicos. Assim, a desvalorização dos trabalhadores do sector público, a retirada dos seus direitos laborais e a sua diminuição significam um ataque directo às funções sociais do Estado, do qual toda a população sai prejudicada.

Em apenas 7 anos a Administração Central do Estado perdeu 10% dos seus trabalhadores. Porém, as Troicas Nacional e a Estrangeira não querem ficar por aqui, impondo nova redução nos próximos anos, com o argumento de que o Estado tem demasiados trabalhadores. Este é um argumento falso, uma vez que nos encontramos abaixo da média da OCDE em termos da percentagem de trabalhadores da função pública no total da população activa.

Trabalhadores da Administração Central do Estado



Emprego na Administração Central (em % da pop. activa)



Compromete-se assim a capacidade dos serviços em responder às crescentes necessidades da população, e atiram-se milhares de funcionários públicos para o desemprego. Com as mais recentes alterações da legislação laboral para a função pública, abrem-se portas para os despedimentos dentro da administração do Estado, a que se soma a já anunciada rescisão de grande parte dos contratos a prazo durante o próximo ano.

A CGTP-IN defende:

O fim do encerramento dos serviços públicos e a garantia de acesso pleno a toda a população

O fim das taxas moderadoras na saúde

A dotação dos serviços públicos dos meios humanos, técnicos e tecnológicos a fim de garantir o cumprimento das suas funções

A valorização do vínculo público e a reposição dos direitos laborais destes trabalhadores, começando pela devolução imediata dos cortes salariais e do subsídio de férias